

## Entrevista

### Formas urbanas em mutação

#### Otilia Betariz Fiori Arantes

Bacharel em Filosofia pela UFRGS, doutora pela Universidade de Paris I, Mestre e Livre-docente pela USP. Professora de Estética, aposentada, do Departamento de Filosofia (FFLCH-USP), durante a década de 80 deu aulas na graduação e pós da FAU-USP e criou e dirigiu o Centro de Estudos de Arte Contemporânea (CEAC) e Arte em Revista.

#### Por Vera Pallamim

Otilia Arantes é autora de um trabalho crítico em relação à arquitetura e ao urbanismo consolidado no país como uma referência incontornável - publicou ainda, entre outros livros: pela EDUSP, *O lugar da arquitetura depois dos Modernos* (1993) *Urbanismo em fim de linha* (1998) e *Chai-na* (2011); *Berlim, Barcelona duas imagens estratégicas* (Annablume, 2011) e, em co-autoria com Carlos Vainer e Ermínia Maricato *A cidade do pensamento único* (Vozes, 2000). Suas obras têm acompanhado de perto as mudanças contemporâneas efetivadas neste âmbito epistêmico, esmiuçando as alterações de suas práticas, valores, estratégias e aportes discursivos.

Nesta entrevista, a filósofa comenta algumas das principais transformações ocorridas na produção da cidade nos últimos 50 anos, numa narrativa cujo teor elucidativo favorece também a apreensão de momentos importantes de sua própria trajetória de pesquisa.

## Como podemos abordar criticamente a atual relação entre a produção do espaço público e o atual estágio do mundo capitalista?

Em primeiro lugar: do que se está falando ao reivindicar um espaço público? Qual o sentido hoje de uma tal expressão? Pode-se ainda imaginar algo como uma vida pública nas nossas cidades segregadas, muradas, vigiadas? Em meu texto do início dos anos 90, “A ideologia do lugar público na arquitetura contemporânea”, tratava de revelar o que havia de verdadeiro e de ideológico numa tal ideologia, ou seja o seu fundamento real. Já hoje, não acho sequer que se possa falar em ideologia, tal a falsidade de um tal conceito de “espaço público”, quando todo o espaço é avaliado simplesmente pelo seu potencial de produção de mais valia. Mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar o fato de que ocorre hoje uma série de experiências de apropriação do espaço urbano que nos faz perguntar: será que é só isso, será que estes espaços não recomeçam a ganhar um alto sentido social e político. Numa entrevista recente, motivada pelas últimas manifestações de rua, fui obrigada a revisar um pouco a evolução deste conceito – o que retomo em parte aqui para responder à sua pergunta.

Quando escrevi aquele texto que acabo de citar, tinha em mente, especialmente, a virada cultural traduzida no discurso ideológico de arquitetos e urbanistas sobre a cidade como “lugar”, isto é, como os arquitetos buscavam recriar espaços de vida pública (ou buscam), mas me referia especialmente àqueles que tentavam ressemantizar (como se dizia à época) a cidade moderna esvaziada, ao mesmo tempo corrigindo a fobia ultramoderna pela vida civil ativa em nome da “intimidade”, quem sabe aquela mesma que Camillo Sitte, mais de meio século antes, chamou de “agorafobia”, e isto, através da criação de suportes físicos e simbólicos em que ela pudesse ser restaurada. No entanto, há que se convir, tais propostas, que pareciam dar um passo adiante em relação à cidade moderna, em geral tinham um caráter regressivo, de volta à uma vida “comunitária”, seja através da ilusão de recuperá-la, numa espécie de vizinhança ou de proximidade física, seja através de um mútuo reconhecimento – um vínculo local – propiciado pela identificação com “lugares” urbanos que exprimissem vicissitudes antigas e modernas, por sua história, por sua memória, enfim. Alguns dos teóricos recorriam inclusive a algo que chamavam o “*genius loci*”. Numa visão por vezes um tanto mítica, fazia-se o elogio dos monumentos comemorativos e do restabelecimento do *cuore* urbano (por vezes no plural – que logo se tornaram as “novas centralidades” a serem “revitalizadas”). Apoiavam-se para tanto numa literatura variada, que ia de Sitte à Heidegger, muitas vezes passando pela incontornável Hannah Arendt, quando se tem em mente a assim chamada “esfera pública”. Sem falar na influência direta da antropologia e da linguística na versão estruturalista em voga. De meu lado, como referência crítica, preferia utilizar o conceito de esfera pública burguesa tal como a concebeu Habermas, mesmo reconhecendo que talvez ele tenha sublimado as virtudes de uma tal esfera, mas sem acompanhá-lo na crença em uma Razão Comunicativa capaz de restabelecer por outras vias, que não fosse a de uma urbanidade dependente de um suporte físico/arquitetônico, algo quem sabe como uma esfera pública virtual. Hoje o tema reaparece através das famigeradas redes, mas também na relação imediata com os espaços de manifestações e protestos de massa, por vezes gigantescos – nada mais a ver, pela

escala e pela natureza destes atos, com a dimensão por vezes mítica e certamente nostálgica dos teóricos do Lugar, nem mesmo, me parece, com a Comunicação a que aspirava Habermas (seguramente não um defensor de Seattle ou do Occupy) – embora, é verdade, ideólogos da Sociedade em Rede, falem agora, a propósito dessas ondas mundiais de protesto, em “autocomunicação” das massas manifestantes, como o principal fator de “empoderamento” dos indivíduos, como se diz no jargão das ONGs.

Do que se está falando então hoje em dia? O que são estes novos espaços urbanos, ou quais são eles, e como são “ocupados”? Harvey, por exemplo, atribui muita importância à retomada da cidade e de seus espaços controlados, vigiados e até criminalizados, do qual o público é excluído pelo Estado e seu aparato repressor, convertendo-a justamente, acredita ele, num espaço político de iguais, através de movimentos como o *Occupy*. Daí, segundo Harvey, o caráter incontornável da cidade como espaço onde ocorrem as ocupações e os confrontos: “são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio de sentimentos no *Twitter* ou *Facebook*, que realmente importam” – diz ele. Praças ou ruas, a cidade como um todo, como o descrevem alguns autores, espaço de fluxos e circulação, não-lugar, espaço vazio, passível de múltiplos usos, e de congestionamento, seja por estes mesmos fluxos, seja pelos corpos que os desviam, interrompem, confrontam e são confrontados – em nome da ordem. Algo que me faz pensar na imagem de um campo de batalha, a que me reportarei logo adiante. Para muitos, entretanto, espaço de *performances*, de criatividade, de novas formas de expressão, artística por vezes, mas também política, ou, por isto mesmo, eminentemente política. Certamente uma nova forma de conceber a política, que nada mais tem a ver com a ação (na acepção sublimada de H. Arendt), ou ainda a esfera pública da comunicação e das situações ideais de fala, como as concebeu também Habermas, muito menos ainda com o lugar reivindicado pelos que pretendiam encontrar aí as camadas arqueológicas superpostas de uma memória urbana reencontrada pelos seus habitantes (os teóricos do lugar...). São evidentemente novos tempos, dos quais os antigos conceitos, como o de “espaço público” certamente não dão mais conta.

**No presente, uma das diretrizes das transformações urbanas refere-se à produção do ‘urbano generalizado’ e a tendência a aglomerações desmesuradas, em que os limiares urbanos tendem a configurar formas extremas.**

**Que aspectos você destacaria na análise desse fenômeno?**

No ano passado, em um encontro nacional, o ENANPARQ, o título da minha intervenção foi justamente “A era das formas urbanas extremas”. Vou resumir rapidamente o que disse naquela ocasião.

A amostragem mais completa desse “novo urbanismo”, ou de algo que se situa para além do urbanismo, são as novas cidades asiáticas, passíveis de crescerem *ad infinitum*. Cidades

enfim que não obedecem mais a nenhum plano, salvo de sua expansão sem limites – “cidades genéricas”, na expressão de Koolhaas. Elásticas. Sem história, sem identidade (ou que podem produzi-la a cada semana), imensas, despropositadas, que crescem e se auto-destroem ininterruptamente. Que se verticalizam e se esparramam. Com infra-estruturas superdimensionadas, prevendo usos futuros ou no intuito de competir com as demais: residências, mas também portos, aeroportos, escritórios, ociosos. Estoques supérfluos, como se fossem cidades fantasmas, estradas que não levam a parte nenhuma, salvo a “possíveis” outras cidades, e assim por diante. Criando enclaves e impasses, infernizando umas às outras. Todas, tendo algo de aeroporto e de shopping center. É como se, depois do fim de linha, ou quem sabe a sua própria e superlativa expressão, tivesse ocorrido ou enfim sido deflagrado o mais espantoso e gigantesco processo de urbanização contemporânea, em curso especialmente na China da Era das Reformas.

O termo para caracterizar um tal processo chinês é bem este: “hiperurbanização” – que nos interessa, além do mais, por exprimir a mudança de paradigma implicado pelo inusitado da escala por assim dizer cósmica, tanto pela compressão do tempo, quanto espacial. Pelo menos na acepção que encontrei empregado pela primeira vez, por Graham e Marvin, para designar este “espantoso processo de urbanização jamais visto no planeta”, referindo-se sobretudo à reviravolta na tradição de “desenvolvimento comunal no planejamento de infra-estrutura” em favor de um furioso empreendedorismo local, conduzido por novas e poderosas municipalidades em associação com corporações internacionais de infra-estrutura e consultoria, num ambiente de intensa competição entre cidades.

Tudo bem pesado, no entanto, são apenas listas de factóides, de paisagens, infra-estruturas ou “cidades Potenkim”, mas o fato é que impressionam, ainda mais quando revestidos pela parafernália de acessórios do *design* corporativo. Tal gigantismo compulsivo, nada mais é do que uma verdadeira mutação pelo excesso – com certeza uma expansão “até novas, inimagináveis e talvez, impossíveis dimensões”, na expressão de Fredric Jameson, e que impressionam, sobretudo, pelas proporções descomunais assumidas por qualquer significativo urbano que associe, e faça sentir, os efeitos correspondentes, um ícone qualquer do ultramoderno (seja lá o que isto queira dizer) e uma explosiva escala sobre-humana, como se encerrasse uma promessa de aniquilação.

Passando ao outro lado “extremo” nos deparamos igualmente com essa ambiência análoga de mutações radicais. Refiro-me à expansão acelerada das grandes capitais do “Planeta Favela” descrito por Mike Davis. E, para tanto vou me deter especialmente numa das muitas profecias apocalípticas de Rem Koolhaas, sua percepção de que o paradigma da nova urbanidade pós-urbana deve ser reconhecido no seu extremo patológico, ou seja, nada mais nada menos, do que a impressionante capital da Nigéria. Assim, Lagos não seria mais ou apenas um caso de “evolução” extrema, situado agora que o antigo modelo urbano mundial se desmanchou, no “primeiro plano da modernização global”. Não é Lagos que se aproxima de nós – afirmam os pesquisadores do *Project on the City*, de Harvard, coordenado à época por Koolhaas – mas somos nós que estamos a ponto de alcançá-la, e nos seguintes termos (à altura de um *grand finale*): “o fato de que muitas das atuais tendências das modernas cidades ocidentais se deixaram reconhecer de forma hiperbólica em

Lagos, sugere que refletir sobre a cidade africana é pensar no estado terminal de Chicago, Londres e Los Angeles". Simples assim, para dizer o menos: no fim de linha da cidade civilizada, nos deparamos com um modelo futuro literalmente "fora da civilização". Se quisermos prosseguir, concluem, será preciso rever as idéias herdadas e "reconceitualizar a própria cidade". Mas agora, em algum ponto de intersecção terminal de um colapso que funciona: pois é, Lagos "funciona" – 15 milhões de pessoas de algum modo sobrevivem nela. E mais, "a operacionalidade de uma megalópole, como Lagos, ilustra a eficácia em escala macro de sistemas e agendas consideradas marginais, informais e ilegais segundo a compreensão tradicional de cidade".

Suponhamos que seja próprio de uma cidade terminal a indistinção entre proliferação galopante dos mais extravagantes mercados de ocasião e uma modalidade específica de erosão urbana: tudo somado, como Koolhaas, o jornalista George Parker também hesita diante desta cena convulsionada: sinal de vigor ou de doença? – uma força vital ou um apocalipse iminente? Milhões de habitantes em conjuntos habitacionais na base de enormes blocos de concreto, que, rapidamente, nas palavras do jornalista, vão adquirindo "um aspecto leproso, como se uma doença maligna estivesse corroendo suas fachadas". Um subprefeito entrevistado por ele, diante da antevisão de "23 milhões de pessoas espremidas, tentando sobreviver como cobaias de uma experiência fracassada de um demógrafo louco" não pensa duas vezes: "quanto a mim acho que é um desastre iminente". Para início de argumento, digamos que a modernização em marcha forçada, empurrada pela memória do colapso, se confunde com essa aceleração que prepondera com certo senso imediato de urgência.

Juntando esses dois extremos da nossa era pós-urbana, seria o caso de arriscar um primeiro reconhecimento conceitual do terreno comum em que se cruzariam as trajetórias explosivas do Renascimento Chinês e do Sul Global com a implosão não menos dramática da "urbanidade" tal como a conhecíamos nas metrópoles do núcleo orgânico do sistema mundial. Pois me parece bem provável que só agora, diante desses conglomerados caóticos que proliferam indefinidamente, estejamos testemunhando de fato a plena realização da experiência daquele hiperespaço premonitoriamente descrito por Fredric Jameson no seu ensaio famoso, de 1984, sobre "*A lógica cultural do capitalismo tardio*". Segundo ele, em um tal hiperespaço, minuciosamente programado, diga-se de passagem, teria sido ultrapassada "a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável (...) esse ponto de disjunção alarmante, entre o corpo e o ambiente construído está para o choque inicial do modernismo, assim como a velocidade da nave espacial está para o automóvel".

É mais fácil experimentar e "ver" esse espaço do que defini-lo, muito embora, ou por isso mesmo, seja apresentado por seu autor como um dos elementos definidores da nova era dos descompassos sensoriais provocados pela nova aceleração do *modus operandi* capitalista. Gostaria no entanto de assinalar uma outra "visão" que ocorreu a Jameson por ocasião daquela primeira formulação – e que também permite unificar os extremos que estamos evocando, e que tem sido pouco registrada por seus leitores: nada mais nada

menos do que o espaço da guerra pós-moderna. Qualificação, aliás, sobre a qual não dá maiores precisões, ele certamente tinha em mente, naquele momento, a guerra do Vietnã como a primeira guerra pós-moderna. Por qualquer ângulo que a brutal assimetria daquele conflito seja examinada, indubitavelmente uma guerra de novo tipo entrara em cena, e rigorosamente contemporânea, senão seu epicentro, de mutações naqueles anos de cuja convergência culminaria no diagnóstico de época que se convencionou denominar Pós-modernismo.

Com efeito, vinte anos depois do ensaio desbravador de Fredric Jameson, Mike Davis encerraria seu inventário do *Planeta Favela* “descendo a rua Vietnã”. Digamos que – tendo ele também aprendido, não com a colorida Las Vegas, mas com a desolada e “desurbanizada” Saigon – Mike Davis tenha tirado as consequências geopolíticas de uma “planeta de favelas”, quer dizer, um mundo de cidades sem empregos e que logicamente abdicaram de qualquer veleidade de reforma urbana, para dizer o menos, tenha enfim apreendido, por seu turno, a convergência de origem entre o hiperespaço das formas urbanas extremas (nesta extremidade de agora, as “cidades fracassadas e ferozes” do antigo Terceiro Mundo), e a geografia da nova guerra. Está claro que o atual *Warfare State* americano foi o primeiro a mapeá-la. Mas não se trata apenas de constatar que as megacidades da periferia engolida pela globalização se converteram em ambientes naturais de batalha. Seria preciso dar um passo adiante (mas não aqui, é claro) e verificar se esse novo tempo das formas urbanas extremas, consideradas em seu amplo espectro, nele incluído o “estágio Dubai do capitalismo” (Davis), não seria igualmente o tempo de um novo “urbanismo militar”, tempo de cidades sitiadas, escaneadas, de populações-alvo rastreadas, vigiadas, preventivamente contidas e abordadas segundo perfis de risco, etc. Mas isto fica para uma próxima conversa.

### **Como você vê a atuação profissional do arquiteto diante da economia política da cultura que tem se efetivado a partir da década de 1960?**

Retomo minhas análises sobre isso que você está chamando de política da cultura, onde a arquitetura das cidades têm um papel central. Na verdade este foi o foco principal de meus textos sobre as transformações urbanas ocorridas naquele período histórico, em que a racionalidade e funcionalidade modernas sediam lugar a uma abordagem que privilegiava os valores culturais e portanto simbólicos. Segundo escrevi, minha percepção era que a partir dos anos 60 estaríamos atravessando uma verdadeira ruptura de época descrita como um *cultural turn*, como se começou a dizer nos meios de esquerda dos *campi* universitários anglo-americanos. Mudança de paradigma cuja genealogia não posso rastrear aqui. Basta assinalar que em suas versões extremas chegou-se a sustentar que a cultura não só se tornara central na conformação dos fenômenos sociais, como igualmente a acumulação impulsionada pelo capital-informação convertera a economia política de reprodução numa

economia cultural. Seja como for, nada a ver com o que se entendia por cultura na extinta Idade Liberal-burguesa, portanto já um outro momento do que se chamou “indústria cultural”. Tudo a ver, portanto, com o mito bifronte da cidade-colagem-grande-projeto que então nascia, e da qual a Paris de Mitterrand era o exemplo máximo e seguramente o ponto de inflexão mais evidente no vasto campo desde então (foi quando escrevi o ensaio “Os dois lados da arquitetura francesa pós-Beaubourg”). Num primeiro momento, esta reviravolta ocorreu na esteira dos movimentos de maio de 68, quando parecia que se tratava de uma cultura antagonista a se cristalizar por toda parte. Esse o primeiro turno do *cultural turn*, que só retrospectivamente será reconhecido, e reapropriado, como tal. Desnecessário lembrar que a chamada volta à cidade daqueles anos de rescaldo meia oitenta (e não só na Europa, mas sobretudo lá e, particularmente, na França e na Itália) forneceu o cenário mais visível desse primeiro turno cultural. Por uma breve temporada pareceu possível emperrar a máquina urbana de crescimento, contrapondo ao núcleo duro produtivista do sistema a cidade como valor de uso. Tudo se passava então como se o novo *souci de l’urbain* tivesse renascido à sombra do ímpeto pós-material que vazara pela brecha de 68 (sintoma ainda não se sabia bem do quê). Nada mais antivalor (de troca) do que o “lugar” redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o habitat ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora, como hão de recordar pelo menos os veteranos que ainda têm notícia daquela geração de índole oposicionista.

Dito isso, seria preciso acrescentar que essa mesma geração, que os neoconservadores, como Daniel Bell, não hesitariam em incluir entre os protagonistas de uma cultura hostil, e que chegavam até a se corporificar numa nova classe, produtora e monopolizadora do “sentido” (que logo adiante se transmudarão em intermediários culturais provedores de identidade e estilo, mas quando então a cultura fazia tempo deixara de hostilizar o que quer que seja), vivia em regime de condomínio com uma nova configuração da máquina urbana de crescimento, à qual se estava adicionando ingredientes novos. Estou me referindo à invenção do cultural por um *star system* arquitetônico, associado a governantes movidos pela mosca azul da monumentalidade espetacular, capaz de produzir, através de uma política de coalizões, os consensos indispensáveis. Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que me interessa demarcar, um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência anti-produtivista cuja gênese acabamos de recordar, que assim voltava a se legitimar uma segunda vez, redescobrimo-se plenamente “cultural” desde sempre.

O que ocorreu, na verdade, foi uma metamorfose do “cultural”, cujo pós-materialismo, a princípio reativo, foi se tornando pró-ativo, para não dizer cooperativo, a medida que se estetizava e se concentrava nos valores expressivos de uma ordem social que alegava a seu favor haver destronado o primado das relações de produção em nome das relações de “sedução”, como foi saudada a *Era do Vazio* (Lipovetski) que se iniciava. Se estou certa, nem foi preciso esperar pelas grandes desregulações do período seguinte, a começar pela

flexibilização da rigidez fordista, para apressar a mutação indolor do libertário-cultural, empenhado na recuperação da riqueza simbólica das formas urbanas (na formulação de Leon Krier), no embrião dos futuros semeadores de iscas culturais para o capital – para os quais a monotonia funcional do Modernismo com certeza criara uma forte demanda reprimida. Com o sinal trocado, era justamente isso que Guy Debord queria dizer quando profeticamente anunciou que a cultura seria a “mercadoria vedete” na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel. A seu ver, a alienação humana chegaria então ao seu grau máximo.

Em resumo, a partir da desorganização da sociedade administrada do ciclo histórico anterior, cultura e economia correram uma na direção do outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. O que faz com que convirjam: participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a auto-estima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais, ou preservação e restauração de algo que é alçado ao status de patrimônio, constituem pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária.

O que tentei mostrar é que hoje em dia a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas ela é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. A tal ponto que se torna mais ou menos indiferente se se trata de um grande museu ou de uma montadora – tanto quanto tantas outras iniciativas, associadas, por exemplo, aos grandes eventos. É onde entram, para dar forma às novas formas urbanas que daí resultam, os arquitetos estrelas, com os seus projetos cada vez mais extravagantes a ponto de produzir uma imagem de marca para as respectivas cidades.

### **Qual o papel da crítica da cultura diante das condições atuais de produção da arquitetura e da cidade, em nosso país?**

Pode-se responder à pergunta de várias maneiras, o objeto em si é de uma vastidão de tais proporções como a do próprio país. Se tentarmos olhar pelo ponto de vista abordado na segunda resposta, ou seja a transformação das cidades – um bem cultural por excelência – em grandes negócios, veremos que não ficamos nenhum pouco atrás dos demais centros urbanos mundo afora, com a ênfase obviamente de um país emergente com pretensões

de grande potência. Muito mais desenhada pela especulação imobiliária do que por projetos urbanos racionais, a desmesura das nossas cidades é de tal ordem que se pode mesmo dizer que sequer se pode falar em “cidades-empresas” (na expressão de Peter Hall); estamos aquém ou além destas, acumulamos os exemplos de cidades “pós-urbanas” de que fala Koolhaas. Ao mesmo tempo seus gestores não deixam de apostar na fórmula dos grandes eventos e grandes projetos, como propõe o receituário do “planejamento estratégico”, tal como o formularam os catalães: Copas, Olimpíadas, Capital Mundial da Cultura, etc., com projetos de grande porte, como estão sendo os estádios, ou de marketing, onde ainda uma vez a cultura comparece, com seus museus: MIS de Scofidio & Renfro, Museu do Amanhã do discutível Calatrava, Palácio da Música de Portzamparc, todos no Rio, o Palácio da Dança de Herzog e De Meuron em São Paulo, e assim por diante, sem falar na produção local de tais equipamentos.

Se voltamos ao item anterior, relativo às formas urbanas extremas, reconheceremos com facilidade nas nossas cidades a mesma convivência de grandes projetos milionários com a miséria das nossas favelas e da população sem teto: ou seja, o fim da fronteira urbana no Brasil. E não basta mais evocar a cidade murada, na esteira da *Los Angeles de Quartz*, segundo Mike Davis. A recente (janeiro de 2012) remoção militarizada de 1.500 famílias de uma ocupação no local dito Pinheirinho em São José dos Campos (SP) – e que se reproduz a cada dia nas nossas cidades, deixando áreas inteiras de favelas incendiadas ou destruídas por tratores, como uma ferida aberta a ser sanada pelas empreiteiras à busca de expansão de novas fronteiras urbanas sobre as quais avançar – é a prova eloquente de que um limiar decisivo foi ultrapassado na gestão da “formação” urbana extrema no Brasil. Não custa também lembrar a violência quotidiana em São Paulo. Na cidade mais rica do país, a polícia mata mais do que nos Estados Unidos inteiro, multiplicando regularmente chacinas a cada fim de semana, sob pretexto da famigerada (e falida) guerra às drogas e combate ao mito oficial do “crime organizado”. Mas o verdadeiro *Evil Paradise* se encontra em construção na Cidade Maravilhosa, mais exatamente, futura cidade olímpica, Rio de Janeiro. É claro que a “guerra particular” com o varejo das drogas ilícitas vinha de antes, bem como os ataques sistemáticos a que se submete desde a noite dos tempos as populações segregadas nas favelas dos morros cariocas, mas a militarização da gestão social naquela cidade é coisa mais recente, inclusive com o emprego rotineiro das Forças Armadas, bem como o fenômeno das milícias e a atual onda “pacificadora” das UPPs, cuja territorialização desenha um claro e muito seletivo mapa de reconquista imobiliária sob pretexto de contenção de conflitos. Essa mesma violência estatal militarizada pode ser observada em ação nas sublevações urbanas que tomaram as principais cidades do país nas Jornadas de Junho, cujo rescaldo já dura mais de quatro meses e não parece acalmar pois seu foco tende a se fortalecer cada vez mais: a urbanização selvagem sob o comando direto das máquinas urbanas de crescimento. Mas, imaginar esta violação inaudita em continuidade, por exemplo, com os atuais mega-projetos neo-desenvolvimentistas, como uma manifestação precursora de um “urbanismo militar” a caminho no país, envolveria todo um programa de pesquisa como tarefa política. Não vou avançar sobre este terreno: o da violência urbana, com seus índices e mapas, já estudados a exaustão, apenas quero sugerir outra vez que os novos redesenhos urbanos se dão na forma não mais de uma racionalidade planejada, à maneira da linha de montagem fordista ou até mesmo, de um

planejamento estratégico, como o das empresas capitalistas, mas de um campo fragmentado, disperso, móvel e desigual, obedecendo a uma lógica dos extremos, alimentada pelo medo, o conflito e conseqüente ilimitação da dinâmica corporativa de acumulação por despossessão (Harvey) o que, se não for corrigido com urgência (se isto ainda é possível), impulsionará todo o processo rumo ao colapso.